



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

CONTRATO Nº 85/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2021
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2021
HOMOLOGADO EM 13 DE DEZEMBRO DE 2021

O **MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 01.612.528/0001-84, com sede a Avenida Santo Antônio, nº 1069, Centro, CEP sob nº 89.905-000, através do Sr. CELSO BIEGELMEIER, Prefeito Municipal, portador do CPF nº. 423.780.609-04, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro, a empresa **URBANE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA**, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº 1068, sala 01, município de São José do Cetro, Estado de Santa Catarina, CEP 89.930-000, inscrita no CNPJ sob o nº **20.491.945/0001-60**, neste ato representado pelo seu Sócio Administrador, Sr. TIAGO MARCO BERTOLLO inscrito no CPF sob o nº 080.755.489-81 e RG sob nº 4.632.395 SSP/SC, residente na Rua Inês Maria Bertollo, nº 202, Bairro José Jacoski. Município de São José do Cetro, Estado de Santa Catarina, CEP 89.930-000, doravante denominada CONTRATADA, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo de Licitação nº 69/2021, instaurado sob a modalidade Tomada de Preços nº 05/2021 13 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na “**CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA COM (APROVAÇÃO NOS ÓRGÃOS COMPETENTES) E FISCALIZAÇÃO, PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÕES ASFÁLTICAS, PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS EM CONCRETO E OBRAS COMPLEMENTARES, EM TRECHOS DE VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE - SC.**”, conforme Processo Licitatório nº 69/2021, na modalidade de Tomada de Preços nº 05/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O valor do presente Contrato é apresentado na proposta da CONTRATADA conforme Processo Licitatório nº 69/2021, devidamente aprovada pela CONTRATANTE, o qual totaliza o valor de **R\$ 7.850,00 (sete mil oitocentos e cinquenta reais)**, de acordo com a proposta da CONTRATADA, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

ITEM	QTDE	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	01	UND	Elaboração de Projeto Geométrico, Projetos Complementares e Projeto Executivo de Engenharia para a execução de pavimentação asfáltica em vias públicas, pavimentação de passeios públicos em concreto e obras complementares, em trechos da Rua São Miguel e da Rua João B. Bataglim , com área de pavimentação total aproximada de 3.200,00 m ² e de passeio público total de 933,00 m ² , murro de arrimo em alvenaria de pedra com área aproximada de 160,00m ² , e <u>investimento previsto de R\$ 350.000,00</u> , salvo autorização expressa e por escrito pela Contratante que autorize a mudança de tais parâmetros.	R\$ 5.850,00	R\$ 5.850,00
2	01	UND	FISCALIZAÇÃO da Execução da obra de pavimentação asfáltica em vias públicas, pavimentação de passeios públicos em concreto e obras complementares, em trechos da Rua São Miguel e da Rua João B. Bataglim , com área de pavimentação total aproximada de 3.200,00 m ² e de passeio público total de 933,00 m ² , murro de arrimo em alvenaria de pedra com área aproximada de 160,00m, e <u>investimento previsto de R\$ 350.000,00</u> , salvo autorização expressa e por escrito pela Contratante que autorize a mudança de tais parâmetros.	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS					R\$ 7.850,00



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

2.4. COMPÕEM A DESCRIÇÃO DOS ITENS ACIMA AS SEGUINTE INFORMações:

- a) Estudos geotécnicos e hidrológicos;
- b) Projeto geométrico (nivelamento, seções transversais a cada 10 metros lineares, seção longitudinal, locação de obstáculos e equipamentos urbanos);
- c) Projeto de terraplenagem;
- d) Projeto de pavimentação asfáltica;
- e) Projeto de drenagem urbana (estudo hidrológico, projeto de drenagem);
- f) Projeto de sinalização viária (sinalização vertical, horizontal, turística e programação visual);
- g) Projeto de pavimentação passeio público em concreto (acessibilidade, rampas, acessos de veículos ao lote, guias, etc...);
- h) Projeto estrutural (acesso de veículos e estruturas de contenções de terra);
- i) Projeto de arborização urbana;
- j) Estudo e projeto de meio ambiente (Obtenção de licenças e/ou dispensas de licenças ambientais junto ao IMA/CONDER);
- k) Memoriais descritivos e especificações técnicas de todos os projetos;
- l) Planilha orçamentária dos serviços;
- m) Cronograma físico-financeiro de execução da obra;
- n) Composição do BDI da obra.
- o) **FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS, conforme orientações do item 10. deste termo.**

2.5. TRECHOS OBJETOS DESTA EDITAL:

- **Trecho 01** – Pavimentação asfáltica de via pública e pavimentação de passeio público em concreto, em trecho da **RUA SÃO MIGUEL**, compreendido entre a Rua Afonso Oliboni e a Rua 1º de Maio, sendo a **pavimentação asfáltica com área aproximada de 1.646,52 m²** e a **pavimentação do passeio público com área aproximada de 479,70 m²** e preço máximo orçado para execução da obra de **R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais)**, salvo autorização expressa e por escrito pela Contratante que autorize a mudança de tais parâmetros;
- **Trecho 02** – Pavimentação asfáltica de via pública e pavimentação de passeio público em concreto, em trecho da **RUA JOÃO B. BATAGLIM**, compreendido entre a Rua Afonso Oliboni e a Rua 1º de Maio, sendo a **pavimentação asfáltica com área aproximada de 1.548,19 m²** e a **pavimentação do passeio público com área aproximada de 452,96 m²** e **murro de arrimo em alvenaria de pedra com área aproximada de 160,00m²**, e preço máximo orçado para execução da obra de **R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)**, salvo autorização expressa e por escrito pela Contratante que autorize a mudança de tais parâmetros;

2.6. Após a conclusão dos projetos, a empresa CONTRATADA, juntamente com os seus Responsáveis Técnicos, emitirá um Termo de Cessão de Direitos Patrimoniais, em obediência ao artigo 111 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, cedendo todos os direitos patrimoniais relativos aos projetos elaborados, autorizando plena e irrestrita utilização e adaptação destes, pelo Município de Bandeirante-SC e seus funcionários ou prepostos, podendo utilizá-los/reutilizá-los/executá-los em locais diferentes e quando julgar adequado.

2.6.1. Todo o material gerado em virtude do desenvolvimento dos produtos, sejam intermediários ou finais, serão de **propriedade exclusiva** do Município de Bandeirante-SC.

2.7. O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato será de responsabilidade da CONTRATADA, bem como demais encargos inerentes e necessários para a completa execução das suas obrigações assumidas pelo presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTAMENTO

3.1. O prazo de vigência do objeto da presente contratação será de **12 (DOZE) MESES, CONTADOS 01 DE JANEIRO DE 2022 A 31 DEZEMBRO DE 2022**, podendo ser prorrogado por igual período, caso necessidade e conveniência da Administração Pública.

3.2. O início dos serviços pela Contratada deverá ser imediatamente após a assinatura do contrato, e sua conclusão prevista conforme descrito no termo de referência e neste Contrato.



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

3.3. Havendo renovação, o valor se manterá o mesmo, não havendo reajuste dos preços unitário do objeto.

3.4. O preço estabelecido será irrevogável durante a vigência do contrato e deverá incluir todos e quaisquer ônus, quer seja tributário, fiscal ou trabalhista, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer encargos necessários a execução do objeto do contrato.

CLAUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

4.1. Os recursos orçamentários para o cumprimento do objeto licitado serão os seguintes:

ANO	DESPESA	RECURSO	COMPLEMENTO DO ELEMENTO	VALOR
2022	68	1000	4.4.90.51.80	R\$ 7.850,00
VALOR TOTAL				R\$ 7.850,00

4.2. O CONTRATANTE reserva-se o direito de reempenhar, parcial ou totalmente, em outras dotações orçamentárias os valores do Contrato exclusivamente por conta do fluxo das arrecadações dos recursos, objetivando os efetivos pagamentos das despesas realizadas.

CLAUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão efetuados por meio de depósito bancário ou boleto bancário após recebimento da Nota Fiscal/Fatura dos Serviços e demais documentos para comprovação no Setor de Contabilidade.

5.2. Os pagamentos serão efetuados CONFORME ORIENTAÇÕES PRESENTES NO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO PROCESSO LICITATÓRIO, após a prestação de serviços contratados, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, a qual será certificada pelo responsável da Secretaria e encaminhada à Contabilidade para que se proceda ao pagamento, de acordo com a ordem cronológica de pagamento.

5.3. O Município de Bandeirante não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos de a empresa CONTRATADA não entregar os produtos de acordo com o solicitado, ou ainda não entregar a nota fiscal.

5.4. A Administração Municipal reserva-se ao direito de devolução da nota fiscal/fatura não aprovada, e em hipótese alguma servirá de pretexto para que a licitante suspenda o fornecimento dos produtos ao município e realize a cobrança financeira dos que não tenham sido autorizados pelo responsável pela Secretaria.

CLAUSULA SEXTA - DAS DIRETRIZES DOS PROJETOS

DIRETRIZES GERAIS DO PROJETO

6.1. Todos os estudos e projetos deverão ser desenvolvidos de forma harmônica e consistente, observando a não interferência ou quando necessário, a complementação entre os diversos elementos das vias urbanas e dos passeios públicos, e atendendo às seguintes diretrizes gerais de projeto:

6.1.1. Integrar os projetos de pavimentação asfáltica e do passeio público com os projetos de drenagem pluvial, acessibilidade, sinalização viária e turística, sistema viário existente, contenções de terra (quando necessário), arborização urbana, licenciamento ambiental (quando couber) e demais projetos que se fizerem necessários.

6.1.2. Conhecer os materiais disponíveis na região das obras, que poderão ser utilizados nas pavimentações asfálticas, pavimentação dos passeios públicos e suas respectivas obras complementares.

6.1.3. Conhecer as características climáticas da região de implantação das obras, as variações máximas e mínimas de temperatura e os índices pluviométricos médios.

6.1.4. Adotar, sempre que possível, os seguintes critérios de projeto:

- a) compatibilização com os diversos projetos envolvidos;
- b) utilização de materiais e métodos construtivos compatíveis com as características regionais e demais partes da obra;



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

- c) facilidade de manutenção e possibilidade de expansão de áreas pavimentadas;
- d) padrão de qualidade e vida útil desejada.

6.1.5. Todos os projetos deverão estar de acordo com os croquis elaborados pelo Município de Bandeirante, levando em consideração os dimensionamentos e diretrizes expostas nos mesmos.

6.1.6. As soluções técnicas apresentadas, estudadas e adotadas deverão estar integradas com o entorno, considerando a sua situação atual e as possíveis intervenções futuras, em todos os projetos.

6.1.7. Utilizar materiais e métodos construtivos adequados aos objetivos do empreendimento e às condições do local de implantação;

6.1.8. Adotar solução construtiva racional, elegendo sempre que possível, sistemas de modulação e padronização compatíveis com as características do empreendimento;

6.1.9. Adotar soluções que ofereçam facilidades de operação e manutenção dos diversos componentes do passeio público;

6.1.10. Adotar soluções técnicas que considerem as disponibilidades econômicas e financeiras para a implantação do empreendimento;

6.1.11. Os projetos de passeios públicos devem prever soluções que atendam a legislação que dispõe sobre o universo do ambiente urbano, conforme Lei Federal nº 10.048 de 08 de novembro de 2.000, Lei Federal nº 10.098 de 19 de dezembro de 2.000, Decreto Federal nº 5.296 de 02 de dezembro de 2.004, e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a NBR 9050/2020, NBR 16537/2016 e demais normas da ABNT pertinentes, e ao Plano Diretor Municipal de Bandeirante;

6.1.12. As soluções técnicas a serem adotadas deverão contemplar a minimização dos custos de operação, que incluem os gastos de operação, conservação e de manutenção do passeio público;

6.1.13. Os projetos devem ter compatibilidade com a legislação municipal, estadual e federal de preservação ambiental, de tombamento e de preservação do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico ou arqueológico da área de intervenção e seu respectivo entorno (quando couber).

6.1.14. Para o desenvolvimento dos projetos listados neste Termo, a contratada deverá considerar as condições topográficas existentes em cada local, utilizando soluções técnicas capazes de subsidiar a elaboração dos mesmos.

6.1.15 A Contratada responderá sobre garantias de funcionamento, e estabilidade das pavimentações nos termos do Código Civil e Código do Consumidor.

6.1.16 A concepção para os diversos projetos e a execução dos serviços afins, por parte da Contratada deverá primar pela fidelidade das informações, pela qualidade e racionalidade técnica, evitando-se o desperdício com superdimensionamentos e/ou ensejo de fornecimentos de dados com vícios técnicos às licitantes durante o processo de licitação e posterior execução da obra. Para isso, o Município de Bandeirante se reserva desde já, o direito de consultar outros profissionais das especialidades e habilitações, para obter melhores informações e menores quantificações e/ou custos e solicitar modificações de projeto, se assim se fizer necessário. No caso de recusa da Contratada, o Município de Bandeirante poderá solicitar à Câmara de Engenharia do CREA para exercer o poder de análise, de crítica e de fiscalização conforme legislação em vigor, e se for o caso, solicitar a elaboração de projeto por outro profissional. Se houver substancial redução/acréscimo de custos no novo projeto com variação acima de 20% do apresentado para os serviços e obras, a Contratada poderá, a critério da Administração, ser acionada judicialmente a fim de reparar os prejuízos causados.

ÁREAS DE INTERVENÇÃO

6.2. Os projetos serão elaborados para os seguintes empreendimentos:

- **Pavimentação Asfáltica em via urbana, Pavimentação de Passeio Público em Concreto e Obras Complementares, na RUA SÃO MIGUEL, no trecho compreendido entre a Rua Afonso Oliboni e a Rua 1º de Maio, Centro, Bandeirante (SC);**



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

- **Pavimentação Asfáltica em via urbana, Pavimentação de Passeio Público em Concreto e Obras Complementares, na RUA JOÃO B. BATAGLIN, no trecho compreendido entre a Rua Afonso Oliboni e a Rua 1º de Maio, Centro, Bandeirante (SC);**

MATERIAL TÉCNICO DISPONÍVEL

6.3. Os mapas e levantamentos topográficos existentes encontram-se nas dependências da Contratante, referentes às áreas objeto de intervenção, e serão colocados à disposição da contratada, que se incumbirá de executar quaisquer conferências e/ou levantamentos que se fizerem necessários para o desenvolvimento do trabalho.

COORDENAÇÃO E RESPONSABILIDADE

6.4. A Coordenação e responsabilidades se darão da seguinte maneira:

6.4.1. A contratada indicará um Coordenador para o desenvolvimento do Projeto como um todo, e os responsáveis técnicos por cada projeto específico necessária à sua elaboração, fornecendo à fiscalização os nomes e registros profissionais de toda a equipe técnica.

6.4.2. A coordenação das atividades técnicas do Projeto deve ser feita em função das determinações do projeto de arquitetura.

6.4.3. O Projeto completo, constituído por todos os projetos específicos devidamente harmonizados entre si, será, de preferência, coordenado pelo autor do Projeto de Acessibilidade, de modo a compatibilizar os projetos das várias atividades técnicas, promover ou facilitar as consultas e informações entre os autores dos projetos específicos e solucionar as interferências entre os diversos elementos do passeio público.

6.4.4. A contratada deverá contar com equipe de profissionais habilitados à elaboração dos projetos em questão, nas várias modalidades envolvidas, com registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

6.4.5. A contratada deverá responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato.

SUBCONTRATAÇÃO

6.5. Sobre as subcontratações, tem-se:

6.5.1. A contratada não poderá, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar todos os serviços objeto do contrato.

6.5.2. A contratada somente poderá subcontratar parte dos serviços se a subcontratação for aprovada prévia e expressamente pelo Contratante.

6.5.3. Se autorizada a efetuar a subcontratação de parte dos serviços, a contratada realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

6.6. Os desenvolvimentos dos projetos seguirão as diretrizes abaixo:

6.6.1. A contratada deverá providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's, ou junto ao CAU os Registros de Responsabilidade Técnica – RRT's, conforme o caso, referentes a todos os projetos e atividades técnicas objeto deste Termo de Referência, devidamente separados por unidade em questão.

6.6.2. A contratada deverá entregar, à Contratante, uma via das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), ou ainda uma via dos Registros de Responsabilidade Técnica (RRT), relativas a todos os projetos que compõem o Projeto de Engenharia, devidamente quitadas.

6.6.3. Os valores orçados incluem a emissão de ART ou RRT, bem como todos os demais custos e encargos existentes para a realização de impressões e deslocamentos.



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

6.6.4. A contratada deverá efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais, parafiscais e demais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o Recebimento Definitivo dos serviços.

6.6.5. Todos os projetos deverão ser desenvolvidos de conformidade com as Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais e este Termo de Referência, prevalecendo, no caso de eventuais divergências, as disposições estabelecidas pelo Contratante.

6.6.6. Os trabalhos deverão ser rigorosamente realizados em obediência às etapas de projeto estabelecidas no item Etapas do Projeto, de modo a evoluírem gradual e continuamente em direção aos objetivos estabelecidos pelo Contratante e reduzirem-se os riscos de perdas e refazimentos dos serviços.

6.6.7. Toda e qualquer dúvida deverá ser esclarecida previamente com a fiscalização dos projetos antes da execução dos serviços correspondentes.

6.6.8. Os documentos técnicos produzidos em cada etapa de elaboração do Projeto devem ser submetidos à avaliação da Contratante.

6.6.9. Os trâmites para a aprovação dos projetos junto aos órgãos oficiais e concessionárias de serviço serão de responsabilidade da contratada, através dos autores dos projetos.

6.6.10. Será de responsabilidade dos autores dos projetos a introdução das modificações necessárias à sua aprovação (caso houverem).

6.6.11. Os documentos técnicos que forem rejeitados, parciais ou totalmente, devem ser revistos ou alterados apenas pelo seu autor e submetidos à nova avaliação.

6.6.12. A contratada deverá encaminhar à Contratante, 3 (três) jogos de cópias dos projetos com os carimbos de aprovação e chancela dos órgãos competentes.

6.6.13. A aprovação do Projeto não eximirá os autores dos Projetos das responsabilidades estabelecidas pelas normas, regulamentos e legislação pertinentes às atividades profissionais.

6.6.14. As inadequações apontadas pela Fiscalização e os órgãos de aprovação, fiscalização e controle (prefeitura municipal, etc.) serão corrigidas pela contratada sem custo adicional para o Contratante.

6.6.15. Os projetos e estudos deverão conter todo o detalhamento, especificações e quantitativos necessários para a execução da obra, bem como atender às definições e condições previstas na Lei nº 8.666/93 e no Acórdão nº 632/2012 do TCU, observando a Orientação Técnica OT – IBR 001/2006, editada pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP).

APRESENTAÇÃO DE DESENHOS E DOCUMENTOS

6.7. A apresentação e entrega dos projetos serão da seguinte forma:

6.7.1. A documentação técnica que representa o projeto como um todo é composta de elementos gráficos diferenciados, como desenhos, planilhas, textos, cronogramas, fotos, etc., que deverão ser produzidos e apresentados, de acordo com a sua especificidade, conforme as normas técnicas estabelecidas e as disposições da Contratante.

6.7.2. Os desenhos, textos e demais documentos conterão na parte inferior ou superior, no mínimo, as seguintes informações:

- Identificação da Contratante;
- Identificação da Contratada e dos autores dos projetos: nome, habilitação e registro profissional, números das ART's ou RRT's e assinatura(s);
- Identificação do empreendimento: nome e endereço;
- Identificação do projeto: etapa de execução, atividade técnica e codificação;
- Identificação do documento: título, data da emissão e número de revisão;
- Demais dados pertinentes.



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

- 6.7.3. A contratada deverá emitir os desenhos e documentos de projeto em obediência aos padrões previamente definidos pelo Contratante.
- 6.7.4. Todos os documentos técnicos (desenhos, textos, planilhas, etc.) deverão ser entregues à Contratante em três vias impressas, sendo que os desenhos deverão ser plotados.
- 6.7.5. A contratada deverá fornecer à Contratante cópia em CD ou Pendrive de boa qualidade, dos arquivos correspondentes a todos os documentos técnicos produzidos nas diversas fases do projeto, devidamente relacionados e identificados.
- 6.7.6. Os arquivos de desenho em AUTOCAD deverão ser entregues em DWG, com tabela de espessura de penas, em PDF e PLT;
- 6.7.7. Os desenhos que comporão o Projeto Básico deverão ser produzidos com o programa AUTOCAD, preferencialmente versão 2013, da AUTODESK. A escala a utilizar na representação geral, deverá ser de 1:100 ou 1:50, devendo ser mantida para todos os projetos das atividades técnicas, com exceção dos detalhes - cuja escala deverá ser adequada às áreas ou elementos detalhados.
- 6.7.8. Os desenhos que comporão o Projeto Executivo deverão ser produzidos com o programa AUTOCAD, preferencialmente versão 2013, da AUTODESK. A escala a utilizar na representação geral, deverá ser de 1:100, conforme conveniência, devendo ser mantida para todos os projetos das atividades técnicas relacionadas, tanto quanto possível. Os detalhes executivos e plantas setorizadas terão as escalas de representação adequadas ao seu objetivo.
- 6.7.9. Os documentos técnicos de cada um dos projetos deverão ser agrupados em jogos separados e independentes, em correspondência a cada atividade técnica envolvida.
- 6.7.10. Os desenhos de cada projeto deverão ser numerados sequencialmente e conter indicação do número total de pranchas que compõem o conjunto.
- 6.7.11. Os desenhos e demais documentos técnicos deverão obedecer aos formatos e normas de representação previstas na ABNT e deverá ser indicada, para cada projeto, a simbologia utilizada.
- 6.7.12. A Contratante poderá exigir o desenvolvimento de todos os detalhes que julgar convenientes para a perfeita caracterização do projeto.
- 6.7.13. Tanto os desenhos como as especificações de cada um dos projetos complementares, deverão ser perfeitamente compatibilizados com aqueles correspondentes aos demais projetos.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS ETAPAS DOS PROJETOS

- 7.1. Os projetos serão elaborados em três etapas sucessivas: **Estudo Preliminar, Projeto Básico e Projeto Executivo.**
- 7.2. O desenvolvimento de todas as etapas do projeto é de responsabilidade da contratada, desde a consulta preliminar à aprovação final.

7.3. PROGRAMA DE NECESSIDADES

- 7.3.1. Os autores do projeto deverão vistoriar o local de execução da obra para levantar os dados e elaborar os Projetos, que terá a participação, a análise e aprovação formal do Contratante.
- 7.3.2. A contratada deverá agendar com a Contratante, a data que irá vistoriar o imóvel.
- 7.3.3. Na vistoria deverão ser levantados os seguintes dados sobre a infraestrutura local: rede de água, esgoto, drenagem de águas pluviais, coleta de lixo, telefonia, energia elétrica, iluminação pública e pavimentação.
- 7.3.4. A Contratada também deverá levantar “in loco” os seguintes aspectos ambientais e sociais: condicionantes climáticas (índices / históricos pluviométricos, entre outros), características do terreno (inclinação do terreno, entre outros), condições ambientais e a existência de atividades e/ou características incompatíveis com o funcionamento do empreendimento.



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

7.3.5. A contratada deverá levantar junto aos órgãos de aprovação do município, as informações necessárias para o desenvolvimento adequado dos serviços. O desconhecimento da legislação ou de condicionantes do Contratante não será justificativa para aditivos ou incorreções de projeto.

7.3.6. Pavimentação asfáltica de via pública e pavimentação de passeio público em concreto, em trecho da Rua São Miguel, compreendido entre a Rua Afonso Oliboni e a Rua 1º de Maio, sendo a pavimentação asfáltica com área aproximada de 1.646,52 m² e a pavimentação do passeio público com área aproximada de 479,70 m² e preço máximo orçado para execução da obra de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), salvo autorização expressa e por escrito pela Contratante que autorize a mudança de tais parâmetros.

7.3.7. Pavimentação asfáltica de via pública e pavimentação de passeio público em concreto, em trecho da João B. Bataglim, compreendido entre a Rua Afonso Oliboni e a Rua 1º de Maio, sendo a pavimentação asfáltica com área aproximada de 1.548,19 m² e a pavimentação do passeio público com área aproximada de 452,96 m² e muro de arrimo em alvenaria de pedra com área aproximada de 160,00m², e preço máximo orçado para execução da obra de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), salvo autorização expressa e por escrito pela Contratante que autorize a mudança de tais parâmetros.

7.4. ESTUDO PRELIMINAR

7.4.1. O Estudo Preliminar visa à análise e escolha da solução que melhor responda ao Programa de Necessidades, sob os aspectos legal, técnico, econômico e ambiental do empreendimento.

7.4.2. Além de estudos e desenhos que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental, o Estudo Preliminar será constituído por um relatório justificativo, contendo a descrição e avaliação da alternativa selecionada, as suas características principais, os critérios, índices e parâmetros utilizados, as demandas a serem atendidas e o pré-dimensionamento dos sistemas previstos. Serão consideradas as interferências entre estes sistemas e apresentada a estimativa de custo do empreendimento.

7.5. PROJETO LEGAL DE ARQUITETURA

7.5.1. O Projeto Legal de Arquitetura deverá apresentar todos os elementos gráficos e memoriais necessários à sua aprovação, de acordo com a legislação em vigor, frente aos poderes públicos (Prefeitura, IMA/CONDER entre outros), cuja responsabilidade pelos trâmites e aprovação caberá inteiramente à Contratada.

7.6. PROJETO BÁSICO

7.6.1 O Projeto Básico deverá demonstrar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental, possibilitar a avaliação do custo dos serviços e da obra objeto da licitação, bem como permitir a definição dos métodos construtivos e prazos de execução do empreendimento. Serão solucionadas as interferências entre os sistemas e componentes da pavimentação. Além dos documentos gráficos dos Projetos Complementares que representem todos os elementos necessários à compreensão da proposta de intervenção aprovada na fase de Estudo Preliminar, o Projeto Básico será constituído por um relatório técnico, contendo o Memorial Descritivo dos sistemas e componentes.

7.7. PROJETO EXECUTIVO

7.7.1. O Projeto Executivo deverá apresentar todos os elementos necessários à realização do empreendimento, detalhando todas as interfaces dos sistemas e seus componentes.

7.7.2. Além dos documentos gráficos dos Projetos Complementares, que representem todos os detalhes construtivos elaborados com base no Projeto Básico aprovado, o Projeto Executivo será constituído por um relatório técnico, contendo a revisão e complementação do Memorial Descritivo apresentado naquela etapa de desenvolvimento do projeto.

7.7.3. O Projeto Executivo conterá ainda a Planilha Orçamentária e o Cronograma Físico-Financeiro de execução dos serviços, fundamentados em especificações técnicas e quantidades de materiais, equipamentos e serviços, bem como em métodos construtivos e prazos de execução corretamente definidos.

CLAUSULA OITAVA - DOS PROJETOS A SEREM APRESENTADOS

8.1. Descrição dos produtos a serem apresentados nas Etapas de Projeto Básico e Executivo:



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

8.2. DOCUMENTOS GRÁFICOS

8.2.1. Estes produtos consistem na representação técnica da obra a ser realizada mediante desenhos em escala, sendo constituído por pranchas (folhas de desenho) com cotas.

8.2.2. Serão apresentados desenhos de engenharia: planta de situação e localização; planta geométrica, seções longitudinais e transversais; detalhes; drenagem pluvial, acessibilidade; sinalização vertical; sinalização horizontal; plantas de forma, fundação e estrutura; arborização urbana; etc.

8.3. MEMORIAL DESCRITIVO

8.3.1. O Memorial Descritivo deve apresentar todas as características da pavimentação proposta no Projeto, com as especificações técnicas dos materiais e equipamentos empregados em cada serviço e seus respectivos locais de aplicação, além das referências às Normas Técnicas a serem consultadas para a metodologia de execução dos serviços da Obra. Este documento deve apresentar todas as características necessárias para identificação dos produtos a serem aplicados, como traço de argamassa, resistência característica do concreto, tipo de fôrmas, tipo de aço, material, dimensões e características físicas dos elementos de contenção (blocos cerâmicos, blocos de concreto, tijolos maciços, concreto armado), entre outras informações pertinentes. Deverão ser observadas as seguintes condições gerais:

- a) As especificações técnicas deverão ser elaboradas de conformidade com as Normas do INMETRO e Práticas específicas, de modo a abranger todos os materiais, equipamentos e serviços previstos no Projeto.
- b) As especificações técnicas deverão estabelecer as características necessárias e suficientes ao desempenho técnico requerido pelo Projeto, bem como para a contratação da obra.
- c) Se houver associação de materiais, equipamentos e serviços, a especificação deverá compreender todo o conjunto, de modo a garantir a harmonização entre os elementos e o desempenho técnico global.
- d) As especificações técnicas deverão considerar as condições locais em relação ao clima e técnicas construtivas a serem utilizadas.
- e) De preferência, as especificações técnicas deverão ater-se aos materiais, equipamentos e serviços pertinentes ao mercado local.
- f) As especificações técnicas não poderão reproduzir catálogos de um determinado fornecedor ou fabricante, a fim de permitir alternativas de fornecimento.

NOTA: A utilização de especificações padronizadas deverá limitar-se às especificações que somente caracterizem materiais, serviços e equipamentos previstos no Projeto.

- g) As especificações técnicas de soluções inéditas deverão se apoiar em justificativa e comprovação do desempenho requerido pelo Projeto, através de testes, ensaios ou experiências bem-sucedidas, a juízo da Contratante.
- h) As especificações serão elaboradas visando equilibrar economia e desempenho técnico, considerando custos de fornecimento e de manutenção, porém sem prejuízo da vida útil do componente da pavimentação.

NOTA: Se a referência de marca ou modelo for indispensável para a perfeita caracterização do componente da edificação, a especificação deverá indicar, no mínimo, três alternativas de aplicação e conterá obrigatoriamente a expressão “ou equivalente”, definindo com clareza as características e desempenho técnico requerido pelo projeto, de modo a permitir a verificação e comprovação da equivalência com outros modelos e fabricantes.

8.4. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

8.4.1. A Planilha Orçamentária deverá pautar-se nos preços da tabela SINAPI mais recente (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), para os serviços não encontrados no SINAPI, poderá ser utilizado o Referencial de Preços de Obras de Edificações do DEINFRA de 01/2021, não encontrando os serviços, poderá ser utilizado o Referencial de Preços de Obras Rodoviárias do DEINFRA de 01/2021, não encontrando os serviços, poderá ser utilizado ainda o Referencial de Preços do Sistema de Custos Referenciais de Obras – SICRO – Santa Catarina - 04/2021(DNIT), devidamente



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

atualizados para o mês de referência de elaboração do Projeto, através da utilização do índice Nacional da Construção Civil – INCC, não encontrando o serviço nas tabelas anteriormente citadas, deverá ser utilizada a elaboração de composição de custos de serviço.

8.4.2. Deverá ser apresentado a memória de cálculo contendo as quantidades totais utilizadas no orçamento.

8.4.3. O orçamento detalhado do custo da obra sempre será separado por trechos (ruas), do trecho 01 e trecho 02.

8.4.4. A Planilha Orçamentária deverá apresentar as seguintes informações:

- a) Discriminação dos serviços
- b) Quantitativo de cada serviço
- c) Custo unitário dos serviços
- d) Custo total de cada serviço
- e) Identificação e planilha de cálculo do BDI utilizado.

8.5. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

8.5.1. O Cronograma Físico-Financeiro deve apresentar a previsão de gastos mensais com cada uma das etapas da Obra, separado por trecho, sendo do trecho 01 ao 07, de forma a possibilitar uma análise da evolução física e financeira da mesma. Este Cronograma deve conter o percentual mensal de execução dos serviços, e a aplicação dos recursos de cada item relativos ao valor total da Obra, de forma compatível à Planilha Orçamentária apresentada.

8.5.2. Para a elaboração do Cronograma Físico Financeiro é importante realizar um estudo do processo de implantação do Programa proposto para definição do tempo disponível para a realização da Obra.

8.5.3. Outros aspectos relevantes para elaboração deste documento são:

- a) Identificação do processo construtivo;
- b) Estrutura disponibilizada à execução da obra (maquinário e ferramentas);
- c) Verificação do estado de acesso e do local de implantação (distâncias para transportes internos e externos à obra, condições das vias de acesso, locais de descarga e armazenamento dos materiais, inclinações do terreno, etc.);
- d) Avaliação das características geológicas do terreno (altura do lençol freático, composição e estabilidade do terreno, etc.);
- e) Condições para execução de cada serviço;
- f) Disponibilidade de mão-de-obra (observar o número e a qualificação dos funcionários que irão atuar na execução da obra).

CLAUSULA NONA - DAS ATIVIDADES TÉCNICAS

9.1. Os produtos apresentados em cada Etapa de Projeto serão elaborados para o desenvolvimento das seguintes Atividades Técnicas:

9.1.1. Levantamentos

- Pesquisa da Legislação Pertinente e Breve Histórico
- Laudo das Infraestruturas Existentes.
- Avaliação dos Levantamentos Topográficos Planialtimétricos
- Levantamento da Sinalização Viária

9.1.2 Estudo Preliminar de Projeto



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

- Proposta de Qualificação Urbana/Pavimento/arborização/Circulação Universal, contemplando acessibilidade universal (NBR 9050) e lançamento dos ajustes de infraestrutura.
- Licenciamentos aplicáveis.

9.1.3. Projeto Executivo de Qualificação Urbana/Arborização

- Projeto Urbanístico/Paisagismo/Arquitetura.
- Projeto de Acessibilidade
- Disposição do Mobiliário Urbano.
- Compatibilização entre todas as especialidades.
 - Material Gráfico
 - Especificações Técnicas.

9.1.4. Projeto Executivo Geométrico

- Projeto Geométrico.
 - Material Gráfico
 - Especificações Técnicas.

9.1.5. Projeto Executivo de Pavimento

- Projeto da nova pavimentação.
 - Material Gráfico
 - Memoriais
 - Especificações Técnicas.

9.1.6. Projeto Executivo de Drenagem Pluvial

- Coleta da água proveniente da nova pavimentação e sua condução até a rede de drenagem pluvial existente.
 - Material Gráfico;
 - Memoriais;
 - Especificações Técnicas.

9.1.7. Projeto Executivo de Sinalização Viária, Turística e Programação Visual

- Elementos da sinalização do espaço.
 - Material Gráfico
 - Memoriais

9.1.8. Projeto Executivo Estrutural

- Elementos de Contensão de terras e acesso de veículos.
 - Material Gráfico
 - Memoriais

9.1.8. Projeto Executivo Arborização Urbana

- Arborização Urbana.
 - Material Gráfico
 - Memoriais

9.1.9. Orçamento e Cronograma da Obra

- Memória de cálculo dos quantitativos
- Planilhas orçamentárias



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

- Composições de preços que não constem em tabelas oficiais
- Caderno de cotações de mercado
- Cálculo demonstrativo de BDI
- Cronograma Físico Financeiro

CLAUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. Somente poderão ser considerados para efeito de pagamento os serviços efetivamente executados pela contratada, em conformidade com este Termo de Referência.

10.2. O Contratante deverá efetuar os pagamentos das faturas emitidas pela contratada com base nos serviços aprovados pela Fiscalização, obedecidas às condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.3. O pagamento da fatura está condicionado ao término completo dos serviços, além dos itens a seguir:

- À aprovação, da Fiscalização, dos produtos apresentados pela contratada;
- À aprovação dos projetos nos órgãos oficiais (Prefeitura, IMA/CONDER, etc.);
- À apresentação das Anotações de Responsabilidade Técnica ou Registro de Responsabilidade Técnica de todos os projetos, devidamente quitadas;
- À **Entrega das cópias em meio físico (três vias) e digital;**

10.4. O PRAZO PARA EXECUÇÃO E ENTREGA DOS SERVIÇOS SERÁ DE **60 (SESSENTA) DIAS CORRIDOS, A PARTIR DO RECEBIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO, LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO AS SEGUINTE ENTREGAS PARCIAIS:**

ETAPA DO PROJETO	PRAZO DE EXECUÇÃO (DIAS)
Estudo Preliminar – Geométrico e complementares	10 (DEZ)
Projeto Básico – Geométrico e complementares	30 (TRINTA)
Projeto Executivo – Geométrico e complementares	60 (SESSENTA)

10.5. OS PRAZOS SOMENTE PODERÃO SER PRORROGADOS CASO OS PROJETOS ESTEJAM EM ELABORAÇÃO (APROVADO PELO FISCAL DO CONTRATO) EM FASE DE APROVAÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES (MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE).

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS

11.1. A CONTRATADA deverá acompanhar e FISCALIZAR a execução das obras, posteriormente a aprovação e contratação da empresa que executará a obra.

11.2. A CONTRATADA deverá realizar VISITAS SEMANAIS a obra, conforme demanda e cronograma de execução de obra a ser elaborado.

11.3. A CONTRATADA deverá elaborar um **RELATÓRIO FOTOGRÁFICO** das etapas de execução da obra, datando as imagens e adicionando observações caso necessário.

11.4. A CONTRATADA, durante a fiscalização da obra, deverá atestar a **QUALIDADE DOS MATERIAIS e PROCESSOS EXECUTIVOS** da obra, conforme projeto aprovado, garantindo a qualidade da obra.

11.5. A CONTRATADA deverá acompanhar os **DIÁRIOS DE OBRAS** elaborados **pela empresa que executará a obra, caso necessário, solicitar alterações, e por fim assinando o mesmo de forma a atestar a veracidade das informações.**

11.6. **Mensalmente**, a CONTRATADA desenvolverá os **BOLETINS/LAUDO DE MEDIÇÃO DE OBRA**, o qual permitirá o pagamento a empresa que executará a obra.

11.7. A CONTRATADA deverá apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, emitido em Conselho de Classe (CAU ou CREA/SC) referente a **FISCALIZAÇÃO DA OBRA.**



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

11.8. Caso durante a execução de obra seja necessária a **alteração do projeto executivo**, seja por falha de projeto, alterações por solicitação da Administração, ou mudança de processo executivo, a CONTRATADA **deverá realizar as alterações de projetos e/ou orçamentos necessárias** para elaboração de Termo Aditivo junto ao contrato de execução de obra.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A CONTRATADA iniciará as suas atividades após a assinatura do contrato e fornecimento pela CONTRATANTE dos documentos relacionados aos locais objeto de elaboração dos Projetos.

12.2. A CONTRATADA deverá garantir o a prestação dos serviços conforme contratado, em caso de necessidade, substituir os profissionais que prestarão os serviços, sem ônus ao Município.

12.3. Apresentar documento fiscal dos serviços prestados.

12.4. Não subcontratar parcial ou totalmente outra empresa para prestação do objeto do presente Edital, salvo os itens previstos.

12.5. Permitir que os prepostos da CONTRATANTE inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços.

12.6. Fornecer ao CONTRATANTE sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre os serviços.

12.7. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto deste Edital, formando seu quadro de pessoal necessário e pagando os respectivos salários às suas exclusivas expensas.

12.8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, próprios de seus funcionários.

12.9. Responder por quaisquer danos ou prejuízos que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar à secretaria requisitante ou a terceiros, durante a execução do contrato de fornecimento, inclusive por atos praticados por seus funcionários, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade da secretaria requisitante, podendo este, para o fim de garantir eventuais ressarcimentos, adotar as seguintes providências:

- a) dedução de créditos da licitante vencedora;
- b) medida judicial apropriada, a critério da Secretaria Requisitante.

12.10. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações.

12.11. Manter durante a vigência do Contrato a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO CONTRATANTE

13.1. Efetuar o pagamento da forma Contratada;

13.2. Dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular a execução do Contrato;

13.3. Modificar o Contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitado os direitos do CONTRATADO;

13.4. Rescindir o Contrato, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93;

13.5. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; e,

13.6. Fiscalização a prestação dos serviços do Contrato.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA- DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

14.1. Atividade exercida de modo sistemático pelo Contratante e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

14.2. Deverão ser observadas as seguintes condições gerais:

14.2.1. O Contratante manterá desde o início dos serviços até o seu recebimento definitivo, a seu critério exclusivo, uma equipe de Fiscalização constituída por profissionais habilitados que considerar necessários ao acompanhamento e controle dos trabalhos.

14.2.2. A Contratada deverá facilitar, por todos os meios a seu alcance, a ampla ação da Fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

14.2.3. Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela Fiscalização serão considerados como se fossem praticados pela Contratante.

14.2.4. A Fiscalização deverá realizar, dentre outras, as seguintes atividades:

- a) Manter um arquivo completo e atualizado de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo a Ordem de Serviço, este Termo de Referência, correspondências, etc.;
- b) Aprovar a indicação pela Contratada do Coordenador responsável pela condução dos trabalhos;
- c) Solicitar a substituição de qualquer funcionário da Contratada que embarace a ação da Fiscalização;
- d) Verificar se está sendo colocada à disposição dos trabalhos a equipe técnica prevista na proposta de execução dos serviços;
- e) Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas no Programa de Necessidades, bem como nas demais informações e instruções complementares deste Termo de Referência, necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;
- f) Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;
- g) Analisar e aprovar as etapas dos serviços executados, em obediência ao previsto neste Termo de Referência;
- h) Verificar e aprovar as soluções propostas nos projetos quanto a sua adequação técnica e econômica de modo a atender às necessidades do Contratante;
- i) Verificar e atestar os serviços, bem como conferir, vistar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela Contratada;
- j) Encaminhar à Contratada as análises efetuadas para que sejam providenciados os respectivos atendimentos;
- k) Receber a documentação final do Projeto, verificando o atendimento aos comentários efetuados e a apresentação de todos os documentos previstos.

14.2.5. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

14.2.6. As reuniões realizadas serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela Fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

14.3. A disciplina das sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no edital e na legislação correlata.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES PÓS-CONTRATUAIS

15.1. A Contratada deverá, após o recebimento definitivo do projeto, disponibilizar assessoria para esclarecimentos e eventuais ajustes nos projetos para viabilizar sua execução.



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

15.2. A Contratada deverá responder aos licitantes, no prazo determinado pela Contratante, quando um projeto sob sua responsabilidade de elaboração for submetido a questionamentos de ordem técnica durante um processo licitatório para a contratação de execução.

15.3 A Contratada deverá garantir a viabilidade técnica dos projetos, fazendo as devidas revisões e correções de falhas verificadas nestes, inclusive durante a execução das obras, sem acréscimo do valor inicialmente pactuado.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - DA INEXECUÇÃO, RESCISÃO E ALTERAÇÕES DO CONTRATO

16.1. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua rescisão com as consequências contratuais previstas em Lei, de acordo com o art. 58, inciso II e Capítulo III, Seção V da lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

16.2. No interesse da consecução dos objetivos do Município de Bandeirante, os serviços deste ato convocatório poderão ser aumentados ou suprimidos até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no art. 65, § 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1. De conformidade com o estabelecido nos artigos 77, 78, 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, a pessoa jurídica, proponente ou vencedora, conforme o caso, que não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeita as seguintes penalidades:

15.1.1. A recusa de receber a Ordem de Serviço no prazo de validade das propostas implica em multa de 20% (vinte por cento) do valor proposto, além do fornecedor arcar com todas as despesas provenientes de seu ato.

15.1.2. Se o licitante vencedor se recusar em receber a Ordem de Serviço e/ou não começar os serviços no prazo estabelecido, o Município de Bandeirante poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o contrato e assumir os serviços em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora, conforme legislação em vigor, sem direito a qualquer indenização à empresa vencedora.

15.1.3. Decorridos 10 (dez) dias de atraso no início dos serviços, objeto da presente licitação, poderá o Município de Bandeirante cancelar a Ordem de Serviço e Nota de Empenho, sujeitando-se a proponente ao pagamento de multa prevista no item 11.1.1, deste contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

15.2. Ressalvados os casos de força maior, ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas, a critério do Município, as seguintes penalidades à proponente, no caso de inadimplência contratual:

15.2.1. Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso para início dos serviços e entrega final, calculado sobre o valor total do objeto contratado a empresa executora.

15.2.2. Em caso de tolerância, após os primeiros 30 (trinta) dias de atraso e não cancelado a Ordem de Compra, se este atraso for repetido, o Município poderá aplicar a multa em dobro da forma do item 11.2.1.

15.2.3. Advertência expressa.

15.2.4. Suspensão do direito de licitar, junto ao MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE pelo prazo de 01 (um) ano.

15.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

15.3. O atraso para efeito de cálculo da multa prevista nos itens 11.2.1 e 11.2.2 será contado em dias corridos, a partir do vencimento do prazo estipulado da entrega até a data de entrega do Objeto da presente Licitação.

15.4. Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



Estado de Santa Catarina
Município de Bandeirante
Poder Executivo Municipal

16.1. O presente contrato tem como seu fiscal o Srº CLADEMIR JOSÉ MOCELIN (Secretário Municipal de Infraestrutura, Transportes e Saneamento), inscrito no CPF sob o nº 563.332.859-00, cabendo-lhe a obrigação de solicitar, conferir, receber e controlar o objeto, em conformidade com a qualidade, quantidade e saldo para pagamento, das suas respectivas pastas.

16.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material/ou serviço inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do contratante ou de seus agentes e prepostos (Art. 70 da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

17.1. Para as questões que se suscitarem entre os eventuais interessados e a Administração Municipal de Bandeirante/SC na interpretação das cláusulas do presente contrato que não forem resolvidas amigavelmente na esfera administrativa, fica eleito o foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC para a solução judicial, desistindo os interessados de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente, em (02) duas vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Bandeirante/SC, 13 de dezembro de 2021.

CELSO BIEGELMEIER
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

TIAGO MARCO BERTOLLO
URBANE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Patricia Posser Hammes
CPF: 828.966.239-49

Nome: Alexandre Rodrigo Trampusch
CPF: 065.814.969-52

DECLARO que sou Gestor/Fiscal do presente Contrato, recebi uma cópia e estou incumbindo de fiscalizar e gerir o cumprimento deste contrato no que se refere à Secretaria a qual estou vinculado.

CLADEMIR JOSÉ MOCELIN
CPF: 563.332.859-00

Após análise do conteúdo do presente, verificou-se que este cumpre os requisitos exigidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, opinando assim, pela sua assinatura.

NADIA DREON FARIAS ZANATTA
ASSESSORA JURÍDICA
OAB/SC 33.558